

Cid é libertado após Moraes homologar delação que pode envolver Bolsonaro

— Oficial declarou intenção de colaborar em apurações, podendo revelar detalhes sobre cartão de vacinação do ex-presidente, fraudes, ataques às urnas e venda de joias

FAUSTO MACEDO
GABRIEL DE SOUSA
PÉPITA ORTEGA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu liberdade provisória ao ex-ajudante de ordens da Presidência Mauro Cid após homologar o acordo de delação premiada fechado pelo tenente-coronel do Exército com a Polícia Federal (PF), que pode atingir o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

A decisão de Moraes vinculou a soltura do oficial ao cumprimento de uma série de medidas cautelares, a começar pelo uso de tornozeleira eletrônica. Além disso, o tenente-coronel está proibido de deixar o País, teve seu passaporte cancelado e foi afastado de suas funções no Exército.

A liberação foi ordenada por Moraes no sábado, dia 9, em despacho que serviu de alvará de soltura. Ao sair do batalhão onde estava detido, Cid trajava uma camiseta polo azul e uma calça jeans. Ele seguiu para o centro integrado de monitoração da polícia penal, onde colocou a tornozeleira eletrônica.

Depois, rumou para a Polícia Civil do Distrito Federal, onde fez exame de corpo de delito do Instituto Médico Legal. Às 16 horas, chegou a sua casa, no Setor Militar Urbano, em Brasília. Abraçou uma de suas filhas e entrou. O pai do ex-ajudante de ordens, o general Mauro Cesar Loureana Cid — que também é investigado por auxiliar na venda das joias ilegais — abraçou o advogado Cezar Bitencourt na garagem da casa.

Cid havia sido preso em 3 de maio, alvo da Operação Venire — investigação sobre suposto peculato eletrônico com a inserção de dados falsos nos sistemas do SUS para a emissão de carteiras de vacinação frau-



Cid deixou quartel onde estava preso desde maio, pôs tornozeleira e reencontrou a família em casa

dadas em nome de Bolsonaro e de outras pessoas.

PEDIDO. A decisão de Moraes também o proibiu de se comunicar com outros investigados e de usar as redes sociais. Terá de se apresentar todas as segundas-feiras ao juízo de execuções de Brasília, a começar do próximo dia 11. Está proibido de deixar a capital federal, devendo ficar à noite e nos fins de semana em casa. Também teve suspensos eventuais porte de armas e registro de CAC.

“O encerramento de inúmeras diligências pela Polícia Federal e a oitiva do investigado, por três vezes e após ser decretada sua incomunicabilidade com os demais investigados, apontam a desnecessidade da manutenção da prisão”
Alexandre de Moraes
Ministro do Supremo

A decisão atendeu a um pedido da defesa do militar. A avaliação do ministro Moraes foi a de que a manutenção da prisão de Cid já não seria mais “adequada e proporcional”, considerando, especialmente, que o tenente-coronel já depôs diversas vezes à Polícia Federal. O magistrado destacou especialmente três oitivas do ex-ajudante de ordens — dos dias 25 e 28 de agosto e do dia 1º de setembro. Segundo Moraes, os depoimentos esclareceram as provas obtidas anteriormente pela Polícia Federal.

“No atual momento procedimental, o encerramento de inúmeras diligências pela Polícia Federal e a oitiva do investigado, por três vezes e após ser decretada sua incomunicabilidade com os demais investigados, apontam a desnecessidade da manutenção da prisão preventiva”, escreveu Moraes. Para ele, não se mantém presente qualquer das hipóteses excepcionais previstas na legislação que “admitem a relativização da liberdade de ir e vir para fins de investigação”.

Pouco antes desse despacho, o ministro havia homologado ontem a delação premiada de Cid. Ela pode levar os investigadores a sanarem lacunas e avançarem nas apurações mais sensíveis que miram o ex-presidente Bolsonaro. Como mostrou o **Estadão**, o ex-ajudante de ordens é peça central nos inquéritos que se debruçam sobre os ataques às urnas

Condições
Tenente-coronel vai usar tornozeleira eletrônica e deverá ficar afastado de suas funções no Exército

nas eletrônicas, os atos golpistas, as fraudes no cartão de vacinação do ex-chefe do Executivo e o suposto esquema de venda de joias e presentes entregues a Bolsonaro.

MILÍCIAS. Todas as apurações se dão ligadas ou no bojo do inquérito das milícias digitais, no qual a delação de Cid foi homologada. Assim, as declara-

ções do ex-ajudante de ordens poderão ser usadas em todas as apurações conexas. Na decisão em que autorizou as diligências da Operação Lucas 12.2 — assinada nesse inquérito — Moraes reproduziu o gráfico em que a Polícia Federal listou as frentes de apuração que giram em torno do ex-presidente e seus principais aliados.

O ex-ajudante de ordens é, segundo os investigadores, peça central nos inquéritos que se debruçam sobre os ataques às urnas eletrônicas, os atos golpistas, as fraudes no cartão de vacinação do ex-chefe do Executivo e sobre o suposto esquema de venda de joias e presentes entregues à Presidência por autoridades estrangeiras.

Dentro desses eixos da investigação, o tenente-coronel poderá, por exemplo, dar detalhes de como teria funcionado o esquema em que o ex-presidente e seus assessores ‘atuarão para desviar os presentes de alto valor recebidos em razão do cargo pelo ex-presidente para, posteriormente, serem vendidos no exterior’.

ESCLARECER. O ex-ajudante de ordens pode esclarecer o contexto de mensagens centrais acessadas pelos investigadores, como o diálogo em que cita uma suposta entrega de dinheiro em espécie.

“Tem vinte e cinco mil dólares com meu pai. Eu estava vendendo o que, que era melhor fazer com esse dinheiro levar em ‘cash’ aí. Meu pai estava querendo inclusive ir aí falar com o presidente (...) E aí ele poderia levar. Entregaria em mãos. Mas também pode depositar na conta (...) Eu acho que quanto menos movimentação em conta, melhor né? (...)”, afirmou Cid em texto enviado a um outro assessor do ex-presidente Bolsonaro, em janeiro de 2023. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Página: 6